

IDEÁRIO PROGRESSISTA E PLANEJAMENTO URBANO: DOS TERRITÓRIOS NEGROS À CIDADE DOS BARÕES DE CAFÉ

Bárbara Campidelli Ghirello, *mestranda do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB PUC-Campinas)*, barbaraghirello@outlook.com.

Profª Drª Jane Victal Ferreira, *professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB PUC-Campinas) onde integra a Linha de Pesquisa História do Pensamento Urbanístico e da FAU/PUC-Campinas*, janevictal@puc-campinas.edu.br

Resumo

Inserida numa política iluminista de ocupação do eixo centro-sul da colônia brasileira, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá teve como propulsor de desenvolvimento, a partir de 1845, a produção de açúcar e do café. Tais economias, ao mesmo tempo que faziam crescer a população negra residente trazia para a elite branca enriquecimento, prestígio social e político. Ao final do século XIX Campinas se desestruturou devido aos surtos de febre amarela quando mais da metade da população morreu ou emigrou para outras partes do Estado. A retomada do crescimento se deu de forma lenta, baseada na industrialização e na formação de outras atividades econômicas tipicamente urbanas. As primeiras décadas do século XX foram associadas ao planejamento urbano culminando com a contratação do Plano de Melhoramentos de Prestes Maia, dando início a implantação que ocorreu no período de 1934 até 1962. Partindo-se de reflexões acerca das intervenções urbanas realizadas neste período e sua influência na organização dos territórios tradicionais da cidade, o artigo tem como objetivo refletir sobre a política do “embranquecimento” associada identidade cultural negra presente nas entrelinhas do planejamento urbano da cidade. Trabalha-se na hipótese da construção de uma identidade moderna e de caráter cosmopolita, associada às elites e fundamentada na hegemonia dos chamados Barões do Café que buscavam suplantam a cultura negra e seus territórios considerados então como retrocesso, apesar da expressiva população afrodescendente residente no município.

Palavras-chave: planejamento; cultura urbana; identidade; territórios negros; Campinas; modernidade.

1. INTRODUÇÃO

Inserida numa política iluminista de ocupação do eixo centro-sul da colônia brasileira, a então freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá teve como propulsor de seu desenvolvimento, a partir de 1845, a produção de açúcar, e mais tarde a influente produção cafeeira. Neste momento o povoado era composto por um grande número de negros escravos e esta população crescia rapidamente, pois era praticamente a única mão-de-obra para a cultura cafeeira que se expandia no povoado e na região do Oeste Paulista. Os escravos, trazidos da África contra a própria vontade, possuíam, evidentemente, sua maneira de se vestir, de se relacionar, de ver o mundo, ou seja, sua própria cultura. (MARTINS, 2014)

Em 1836, mais da metade da população da cidade compunha-se de africanos escravos mantendo-se a média inalterada durante as duas décadas posteriores, onde em meados de 1854 a população de negros correspondia a 57,7% da população total do município. (MARTINS, 2014, p.16)

É inegável, portanto, a presença da cultura negra na história da cidade de Campinas, e de territórios associados a ela na cidade onde essa cultura se evidencia. Espaços onde a população de origem africana se reunia para fins de lazer, cultura, religião ou moradia, chamados territórios negros.

Apesar disso, diz-se popularmente que Campinas é a “cidade dos barões” como se no decorrer da história da cidade a presença dos barões do café fosse o fator mais relevante à narrativa. Antes do Brasil se tornar república, porém, quando de fato existiam barões na cidade, a porcentagem de população negra na recém-nascida Campinas, como já apontado, era expressiva.

A cultura deste grupo étnico poucas vezes é associada ao imaginário da cidade que se formou mais ligado aos ideais transmitidos por uma classe dominante, que mascaram a origem negra da cidade. Estes ocultamentos influenciam a construção de uma identidade cultural da cidade, que é hoje elitizada.

Levanta-se aqui a hipótese de que a formação desta identidade cultural elitizada tem influência direta na construção do espaço urbano, uma vez que os territórios originalmente ocupados por negros na cidade são negligenciados ao longo da história. Sendo esta influência direta, através de projetos urbanos pensados por políticos ou profissionais da área, ou indiretamente, através do processo espontâneo de ocupação capitalista do território que a todo momento exclui determinadas pessoas de espaços urbanos específicos, gerando segregação sócio espacial.

Pretende-se, partindo destas reflexões, analisar o Plano de Melhoramentos Urbanos pelo qual passou Campinas na primeira metade do século XX, partindo da hipótese de que este projeto, pautado numa ideia de modernidade, pretendia organizar o território por meio do embranquecimento, uma vez que entendia os territórios negros como indisciplinados.

2. TERRITÓRIOS NEGROS URBANOS E RURAIS

Colocadas questões sobre a invisibilidade da população negra em Campinas, há de se diferenciar, no contexto das cidades brasileiras, dois tipos de territórios negros: os urbanos e os rurais.

O primeiro se forma inserido no espaço intra-urbano e tem características de embranquecimento (embora ainda conservem sua origem africana), tais como a presença de irmandades de religião cristã, etc. Os territórios negros rurais, por outro lado, se formam à parte da cidade construída exatamente para que, longe do olhar repressor dos moradores brancos da cidade, suas crenças e costumes fossem preservados.

2.1. TERRITÓRIOS NEGROS URBANOS

O conceito de “embranquecimento” ou “branqueamento” é fundamental para compreender as dinâmicas que compõe os territórios negros urbanos, portanto, é importante pontuar aqui que este nasce como uma ideologia amplamente difundida no final do século XIX, na qual pensadores, políticos e outras autoridades defendiam, pautados no racismo científico, a tese de que o progresso da nação brasileira dependia do branqueamento de seu povo, que era à época formado por enorme contingente de afrodescendentes. Estas pessoas afirmavam que, através da miscigenação, da imigração europeia e, portanto, da diminuição da população negra nas terras brasileiras, o país se tornaria mais branco, e, segundo sua lógica, “superior” ao então Brasil negro que se instaurava (SCHWARCZ, 1996 e 2013).

Schwarcz aponta ainda que o tema do embranquecimento não era apenas racial mas também de gênero, uma vez que as imagens do povo branco, tido como evoluído neste contexto, eram sempre masculinas, enquanto que as imagens do povo negro eram sempre femininas. Apontando para uma hegemonia não só do povo branco, mas também do gênero masculino (SCHWARCZ, 2013).

Segundo Petrônio José Domingues a ideologia do branqueamento toma, na primeira metade do século XX, novas proporções, ultrapassando as questões de tonalidade de pele e avançando para uma dimensão ideológica. Segundo o autor, a ideologia introduz-se também no meio negro, sendo adotada por descendentes de africanos que passam a ter como correta a forma branca de estar no mundo, ou seja, sua cultura, e “em vez de despirem o caráter racista

desta ideologia, passaram a propagá-la no interior da própria comunidade” (DOMINGUES, 2002, pág. 534)

O conceito de embranquecimento, portanto, pode ter mais de um sentido, ainda que eles estejam relacionados e sejam correlatos, sendo ora entendido como a incorporação de costumes brancos por povos de origem negra, configurando portanto um embranquecimento no âmbito cultural, ora entendido como o processo de clareamento da população através da miscigenação e da imigração de povos europeus, ora, ainda, entendido como as políticas que envolveram a promoção deste processo. O conceito será utilizado aqui em seus múltiplos sentidos e, para fins de diferenciação, serão utilizados, respectivamente, os termos “embranquecimento cultural”, “processo de embranquecimento” e “ideologia do embranquecimento”.

Diversos autores apontam para as diferenças entre a urbanização brasileira e a norte-americana no que diz respeito à segregação racial e a formação de territórios negros. Enquanto nos Estados Unidos esta separação se apresenta no território de maneira muito evidente, formando os chamados “guetos” urbanos, sejam eles compostos por afrodescendentes, latinos ou asiáticos, no Brasil os territórios se constroem de maneira mais heterogênea. Aventa-se aqui a possibilidade desta heterogeneidade estar direta, ainda que não unicamente, relacionada à ideologia do embranquecimento, que, tendo incentivado amplamente a miscigenação no país, acabou dificultando a formação de territórios unicamente negros, principalmente no que diz respeito aos ambientes urbanos.

Segundo Raquel Rolnik (1997), apesar de ser comum na cidade de São Paulo que os bairros tenham concentrações de população de origens étnicas semelhantes (italianos, japoneses), os descendentes de africanos, estavam, no período pós-abolição, presentes em todos os bairros de maneira quase uniforme, uma vez que viviam nos porões das casas, onde podiam pagar. Este fato aponta para uma segunda característica que diferencia os territórios negros urbanos brasileiros e norte-americanos. Enquanto nos Estados Unidos estes territórios foram compostos por bairros inteiros, no Brasil esses espaços são mais pontuais, correspondendo à ruas, praças e construções inseridos num ambiente urbano híbrido.

Rolnik, sobre o processo de formação dos territórios negros da cidade de São Paulo, aponta para as diferentes origens destes espaços, sendo eles formados por acontecimentos ligados à religião, ao trabalho, ao lazer ou à moradia.

Sobre os territórios negros ligados ao trabalho Rolnik indica que se formavam nas próprias ruas onde as negras se ocupavam nas quitandas e cangalhas, que são comércio ambulantes de origem cultural africana (ROLNIK, 1997, 1989). É possível traçar aqui um paralelo com os

territórios negros rurais, que serão abordados a frente, que tinham como forma de sustento a produção de alimentos fora da cidade para venda nos espaços urbanos.

Aos territórios formados a partir de atividades de lazer, Rolnik aponta para a prática de footing que se configura como a atividade de lazer no qual pessoas, em sua maioria jovens, saíam em lugares públicos e, através de caminhadas em sentidos opostos, homens e mulheres cruzavam caminhos afim de encontrar parceiros amorosos. O footing era praticado por pessoas de diferentes classes e raças, porém, cada qual tinha seu espaço culturalmente delimitado. O espaço onde jovens negros praticavam o footing não era o mesmo dos jovens brancos, configurando, desta maneira, alguns territórios de uso recreativo quase exclusivo de pessoas negras. (ROLNIK, 1989)

Sobre os territórios ligados à moradia, Rolnik aponta que os escravos recém libertos acabaram por se instalar em bairros próximos aqueles que abrigavam a burguesia, para que pudessem se inserir no novo mercado de trabalho livre, pois só restou à estes negros o trabalho doméstico, uma vez que os imigrantes europeus – mais bem vistos pela sociedade de forma geral – se apropriaram das demais ocupações. A proximidade com a oferta deste tipo de serviço em solo urbano induziu a permanência dos negros libertos e a formação dos chamados territórios negros em lugares centrais. Desta maneira os cortiços e porões foram ocupados por população negra e de baixa renda e, anos mais tarde, alvo principal das reformas urbanas, o que aponta para um preconceito de raça na gestão do espaço urbano da cidade. (ROLNIK, 1989)

Por fim, sobre os territórios formados por questões religiosas a autora aponta que a população de origem africana se reunia à frente das igrejas de determinados santos cristãos de irmandades negras, tais como Santa Ifigênia, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, afim de socializar ou promover batuques e danças derivadas de sua cultura, formando uma identificação com estes territórios (ROLNIK, 1997, 1989). É importante atentar aqui para a existência e o processo de formação de tais irmandades, sendo possível entende-las como um processo de embranquecimento cultural da população de origem africana no Brasil, uma vez que a cristianização destas pessoas ocorreu de forma intencional por parte da igreja que, temendo a vasta quantidade de negros pagãos em terras brasileiras, lança um projeto de catequização através da promoção de santos pretos, que serviriam como exemplo de virtudes cristãs para o povo de origem africana. (OLIVEIRA, 2006)

É necessário, porém, considerar o fato de que os africanos e seus descendentes sentiam, em terras brasileiras, dificuldade de exercer sua religião original, uma vez que eram reprimidos inclusive em termos legais e que este fato acaba conduzindo estas pessoas à ocuparem espaço em templos cristãos para que, encobertos pela religião branca, pudessem praticar sua própria crença. Desta perspectiva o embranquecimento cultural deste processo pode ser relativizado.

No caso de Campinas o processo de formação destes territórios urbanos não foi diferente. Diversos espaços são hoje reconhecidos em sua origem negra por conta de seu antigo caráter de trabalho (tal como a rua 13 de maio, palco de feiras na qual a população negra vendia produtos diversos) de lazer (tal como o Largo das Andorinhas, ponto de concentração de capoeiras), de moradia (tal como a rua da Abolição, que acolheu grande quantidade de população negra recém liberta) e, de religião (tal como as igrejas do Rosário e de São Benedito), que serão mais diretamente analisados aqui.

A igreja de São Benedito, à rua Cônego Cipião, área central de Campinas onde anteriormente existia um cemitério de escravos, foi construída, segundo tradição oral, por Tito de Camargo Andrade, negro liberto, conhecido popularmente como mestre Tito. Além de curandeiro e tecelão, mestre Tito era conhecido entre à elite campineira por ser escravo fiel de Floriano de Camargo Penteado e sua segunda esposa Delfina de Camargo e Penteado. Depois de liberto dedicou-se aos cuidados do então cemitério de negros e mais tarde à construção da igreja, tendo, em 1867 dado início à arrecadação de fundos para a construção à qual se dedicou amplamente nos anos seguintes. Morre, porém, antes de concluídas as obras, em 1885. (RICCI, 2007)

A igreja do Rosário, por sua vez, inaugurada em 1895, foi idealizada como medida de segregar a população negra e mestiça, impedindo-a de frequentar a Matriz do Carmo. Segundo Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci por duas vezes a igreja serviu de Matriz para a cidade, ocasiões nas quais os negros e mestiços foram impedidos de permanecer na irmandade do Rosário de Campinas, constituindo a nova confraria de São Benedito. Este fator, porém, não os impediu de frequentarem o largo e as escadarias da igreja, aonde continuaram acontecendo manifestações culturais de origem africana. (RICCI, 2007)

Ainda segundo Ricci a construção foi realizada de maneira precária, o que ocasionou diversas reformas e modificações. Fato este que foi utilizado como argumento para sua demolição em 1956, que teve como fundamento a ampliação da Av. Francisco Glicério, prevista no Plano de Melhoramentos Urbanos realizado por Prestes Maia. (RICCI, 2007)

Nota-se aqui que as igrejas do Rosário e de São Benedito, ainda que sejam ambas firmadas por santos pretos, tem origens e histórias que as diferenciam, sendo a primeira idealizada por pessoas brancas como medida de segregação e imposição de uma cultura e a segunda idealizada por um homem negro e, portanto, resultado da expressão de sua própria cultura.

2.2. TERRITÓRIOS NEGROS RURAIS

Os territórios negros rurais podem ser divididos em duas porções muito claras: As senzalas, que constituíam espaços dentro das fazendas nos quais os negros escravos dormiam, se relacionavam e produziam e os quilombos e mocambos, espaços fora das fazendas nos quais

negros, em sua maioria fugidos, mas também libertos, indígenas e até mesmo pessoas brancas que não se encaixavam na sociedade escravista, constituíram novos povoados que poderiam ter de número reduzido (menos de dez habitantes) ou quantidades maiores (centenas de quilombolas).

Enquanto os territórios negros urbanos foram marcados pelo embranquecimento cultural, seja de maneira induzida ou preventiva, os quilombos e mocambos foram marcados pela manutenção e resistência da cultura de matriz africana. É importante pontuar, apesar disso, que diversos autores que estudam as dinâmicas sociais dos quilombos no Brasil já evidenciaram que estes não eram comunidades isoladas ou que pretendiam recriar a África nas Américas, pelo contrário, os quilombos dão sequência à formação de uma sociedade afro-brasileira que se iniciou nas senzalas e que dialogava com a dinâmica social e econômica das cidades próximas às quais estavam instalados. (REIS e GOMES, 2000)

Ainda assim, negros fugidos e libertos encontravam, nestas paragens, refúgio da repressão que sofriam na cidade por questões relacionadas ao preconceito de raça ou ao sistema escravocrata. Por este motivo os quilombos se formavam, em sua maioria, em locais escondidos e de difícil acesso, afim de camuflar seus territórios dos olhos de capitães do mato e outras figuras repressoras, o que dificulta atualmente sua análise, uma vez que, desconhecidos à época pelos moradores da cidade, há poucos documentos que façam referência à estas ocupações. Os poucos documentos que podem servir para compreender estes territórios, além disso, apresentam o ponto de vista da classe que oprimia repetidamente estas ocupações e que enxergava os quilombos como um problema social. (REIS e GOMES, 2000)

Carlos Magno Guimarães, aponta que os quilombos de Minas Gerais, que se formaram como uma forma complexa e completa de reação à escravidão, tinham como forma de sobrevivência atividades das mais diversas, tais como a caça, a coleta, a agricultura, a criação de animais, a mineração, o contrabando, assaltos à tropas e fazendas, entre outros. Cada quilombo encontrava, entre estas, a estratégia de sobrevivência que lhe cabia. (GUIMARÃES, in REIS e GOMES, 2000)

Algumas destas atividades estabeleciam relações diretas entre os quilombos e a própria sociedade escravista. Relações comerciais clandestinas, por exemplo, aconteciam entre aqueles que se dedicavam à mineração e os que posteriormente compravam seus minérios de forma ilícita ou aqueles que se dedicavam à agricultura e posteriormente aqueles que copravam sua colheita nos tabuleiros e quitandas. É possível apontar relação entre quilombos e sociedade escravista, ainda, nos furtos, que levavam bens de senhores aos quilombolas e na rede de informações e afetiva que se criou entre negros ainda escravos e quilombolas, que frequentavam as periferias dos centros urbanos. (GUIMARÃES, in REIS e GOMES, 2000)

Contrariada pelos furtos e rebeldia provocados pelos quilombos, a sociedade escravista articulou diversos ataques executados por tropas repressoras. Em Minas Gerais as autoridades coloniais se viram tão ameaçadas pelos quilombos que promoveram uma série de leis que pretendiam limitar suas possibilidades de existência, coibindo o comércio realizado pelas negras de tabuleiro e pelas vendas de forras. (GUIMARÃES, in REIS e GOMES, 2000)

Flávio dos Santos Gomes, ao analisar a formação destes territórios no Rio de Janeiro, aponta igualmente que os mocambos analisados não ficaram isolados do sistema escravista, mas ao contrário, interagiam com a escravidão. Gomes indica ainda que a repressão aos quilombos e mocambos era intensa nesses lugares e foi documentada em ofícios de polícia. Por estes dois motivos a localização dos quilombos foi fator importante para garantir sua sobrevivência e autonomia e estes se instalavam, portanto, no limite entre territórios de difícil acesso e não totalmente isoladas de áreas povoadas ou de cultivo. (GOMES, in REIS e GOMES, 2000)

Gomes aponta que a mandioca e o milho eram as principais produções agrícolas dos quilombos brasileiros e que seu excedente era vendido nas cidades – principalmente aos sábados e domingos, quando os escravos vendiam alimentos e fumo e os quilombolas podiam passar, entre eles, despercebidos – ou trocados por sal, aguardente, carnes, roupas, entre outros, com taberneiros, lavradores ou cativos de fazendas circunvizinhas, ainda que estas transações fossem ilegais e intensamente perseguidas pelas autoridades. (GOMES, in REIS e GOMES, 2000)

No caso de Campinas, igualmente, poucos estudos investigam tais territórios por falta de relatos. É improvável, porém, que estes espaços não tenham existido nos arrabaldes da cidade tendo em vista a parcela considerável de negros e mestiços no período anterior e imediatamente posterior à abolição. É possível, portanto, inferir que as dinâmicas sociais dos quilombos campineiros eram similares às dos que foram analisados em outras cidades, se levarmos em consideração suas particularidades.

Por conta da ausência de extração de minérios é provável, por exemplo, que os quilombos campineiros se ocupassem da agricultura, uma vez que esta foi, no período da escravidão, a principal economia da cidade. É presumível, ainda, que esta produção agrícola tivesse seu excedente vendido no interior da cidade, à rua 13 de maio, onde há relatos de que se estabelecia uma feira com negras de tabuleiro, quitandas e cangalhas em determinados dias da semana, sendo possível presumir uma relação entre os quilombos e a sociedade escravista campineira.

É possível ainda, elucidar que estes territórios negros rurais em Campinas tenham se formado em locais próximos aos cursos d'água afim de viabilizar a produção agrícola. Atenta-se para a existência de um rio, hoje denominado ribeirão Quilombo, que nasce no município de

Campinas, passando por onde hoje encontram-se os municípios de Paulínia, Sumaré, Nova Odessa e Americana, onde desagua no Rio Piracicaba. A origem de seu nome, ainda pouco analisada, aponta para a presença de territórios negros em seu curso, sendo possível inferir a localização de alguns dos quilombos que deduzimos existir.

No ano de 1929, 41 após a abolição, é provável que existissem reminiscências destes territórios, tanto com territórios já esvaziados, quanto com povoados ainda habitados, uma vez que estas pessoas não tinham motivos aparentes para abandonarem tais territórios consolidados e muito bem organizados social, política e economicamente. Com esta hipótese em vista, a análise que se segue busca, além de compreender as dinâmicas já documentadas de organização do território campineiro, levantar parte das não documentadas e compreender o papel do Planejamento entre elas.

3. POLÍTICAS URBANAS DE ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO EM CAMPINAS

No último decênio do século XVII os caminhos do ouro promovidos por colonos portugueses deram origem à diversas vilas no interior do território brasileiro. Campinas, neste contexto, nasce de um pouso à beira do caminho dos Guaiases, que teve com o objetivo inicial evitar as Minas Gerais, onde acontecia a guerra dos Emboabas. Após o declínio da mineração os primeiros colonos começaram a se instalar, formando o Bairro do Mato Grosso de Campinas, ainda totalmente dependente de Jundiá. (BADARÓ, 1996)

O então bairro aos poucos conquistou sua autonomia e ascensão econômica principalmente através da produção de açúcar, até ser em 1842 elevado à categoria de cidade. Também neste período a economia açucareira, que desde meados de 1774 fez emergir os primeiros traços de riqueza e da mão de obra negra e escrava da cidade, começa a ser substituída pela economia cafeeira, que dá sequência à esse processo que foi ao mesmo tempo de aumento da população negra residente, e de enriquecimento, prestígio social e político da elite campineira, promovendo um sentimento de bairrismo por parte deste grupo de pessoas que classificavam sua cidade entre as mais cultas e progressistas do país (BADARÓ, 1996). Este imaginário será decisivo nos resultados do planejamento urbano municipal nos anos seguintes.

A partir de 1889 a cidade passa por três surtos de febre amarela, durante os quais a população urbana foi reduzida de cerca 20.000 à 5.000 habitantes, gerando uma situação de medo e calamidade. O prestígio social e político da então elite local foi, conseqüentemente, afetado. Numa tentativa de reestabelecer a economia e a reputação da cidade algumas obras urbanas são elaboradas sob orientação do engenheiro Saturnino de Brito, envolvendo a canalização de córregos, abastecimento de água, coleta e destinação do lixo e do esgoto, entre outras medidas. (BADARÓ, 1996) Em 1900 acontece a contratação, por parte da administração

pública, da confecção de um mapa da cidade apontando para uma eminente tentativa de compreender o território afim de ordená-lo. Pela primeira vez, neste episódio, o planejamento da cidade é pensado como um todo, tendo um caráter notavelmente higienista.

Já nestas medidas, tomadas para combater os surtos da doença, é possível notar a negligência por parte da administração pública com a população de baixa renda, uma vez que o perímetro de abrangência do projeto não incluía os bairros nos quais essa população estaria instalada, tais como a Vila Industrial, o Fundão, o Frontão ou parte do Guanabara e do Bonfim, nos quais não ficou proibido (como no resto da cidade) a permanência de cocheiras (BADARÓ, 1996). Cleber da Silva Maciel aponta ainda que parte das medidas envolvia a invasão e desalojamento de cortiços considerados promíscuos e sujos (MACIEL, 1985), espaços estes que eram, presumivelmente, ocupados por pessoas negras.

Apesar deste fato considerou-se gloriosa a reestruturação urbana pós febre amarela. A produção de café, no entanto, encontrava-se desestruturada, retardando a recuperação econômica do município. A partir de 1918 começam a se instalar na cidade, portanto, - incentivadas pela localização, custo baixo em relação à capital e incentivos fiscais por parte das administrações públicas - indústrias relacionadas à produção de máquinas e implementos para a agricultura, fios, tecidos e peças de vestuário, couro, produtos químicos e laticínios, dando origem à uma nova economia industrial na região. (BADARÓ, 1996)

Nesta fase de reestruturação da cidade não houve expansão da área construída, uma vez que a redução populacional causada pela febre amarela tem como resultado espaços vazios na cidade que são, neste momento, ocupados. Entre as décadas de 20 e 30, no entanto, diversos loteamentos são construídos, agora não mais pensados e custeados pelo poder municipal, mas pela iniciativa privada, reconfigurando a então dinâmica de crescimento do território que passa a ser determinada pelo capital. (BADARÓ, 1996)

Neste contexto de reestruturação do crescimento da cidade, que começa a se ampliar de maneira desconexa, o então prefeito Orosimbo Maia contrata, em 1929, a confecção de dois mapas, um da cidade, em escala 1:5.000, na qual foram levantados todos os novos loteamentos aprovados, e outra de seu entorno, em escala 1:100.000, onde é possível analisar as vias de entrada e saída da cidade e a constituição dos seus arrabaldes. Esta contratação aponta, novamente, para uma tentativa de compreender o território afim de ordená-lo. Fato este que se comprova com a contratação, em 1934, do engenheiro arquiteto Prestes Maia para estudar um plano de melhoramentos para a cidade.

3.1. OS MAPAS DE 1929 CONTRATADOS POR OROSIMBO MAIA

Dados do censo do ano de 1872 apontam que a população campineira era, à época, composta em 57,2% por pessoas negras ou mulatas (MACIEL, 1985). Já no ano de 1926, três

antes da contratação do mapa, o Departamento Estadual de Estatística de São Paulo declarou, através de recenseamento, que esta porcentagem seria de apenas 14,64%. (MACIEL, 1985)

Seria possível supor, com isso, que a população de campinas passou por grande alteração neste período e que a população de origem africana teria, por algum motivo deixado de viver nesta cidade. É necessário fazermos, porém, algumas considerações no que dizem respeito à esta análise precoce.

Primeiramente é necessário apontar que, tanto o levantamento realizado em 1872, quanto em 1926 muito possivelmente teriam falhas. No de 1872 os negros fugidos ou libertos que viviam nos arrabaldes da cidade certamente não foram contabilizados enquanto que no de 1926 aqueles que viviam em condições irregulares também possivelmente ficaram apagados na contagem. No caso do recenseamento de 1926 vale notar ainda que, por conta do racismo científico e da ideologia do branqueamento, influentes à época – que consideravam a raça branca a mais civilizada e enxergava na miscigenação uma ferramenta necessária para tornar a população mais branca – é natural que os negros de pele mais clara por vezes se intitulassem brancos (uma vez que enxergavam nesta, uma condição mais nobre), dificultando, assim, a precisão do levantamento em questão.

Em segundo lugar vale notar que, ainda que esta porcentagem tenha sofrido grande redução no período indicado, este fato não aponta para uma diminuição em termos numéricos da população negra de Campinas, mas sim para um crescimento de populações de outras raças, principalmente branca, que pode ser facilmente explicado pelo processo de embranquecimento populacional anteriormente citado, reforçado pela ampla migração de europeus, que a partir do período pós-abolição passaram a compor em larga escala a população de diversas cidades brasileiras. Quando analisado em termos percentuais, portanto, este fato acaba por mascarar a realidade, fazendo parecer que a diminuição percentual de negros e mulatos no município tem a ver com uma diminuição numérica, o que não condiz com a realidade.

Cabe questionar, com isso, em que lugar da cidade se instalou esta população que anteriormente vivia com seus senhores. Parte-se, aqui, da hipótese de que estes habitavam os arrabaldes da cidade e também pontos isolados na zona rural em áreas de produção agrícola remanescentes de quilombos.

No mapa da cidade contratado por Orosimbo Maia em 1929, elaborado em escala 1:5.000, é possível observar a organização do então espaço intra-urbano campineiro (figura 1). Ao redor da malha urbana consolidada, nota-se a presença de pontos que representam construções (originalmente em hachura preta e destacados aqui em laranja) que não seguem a lógica de organização predominante na cidade onde as construções estão articuladas por vias e quadras. É possível notar, ainda, marcados no documento em linhas tracejadas, a existência de

projetos de parcelamento, indicando a implantação de novos bairros. Levanta-se então a hipótese de que estes espaços, presentes nos bairros Villa Nova, Villa Industrial, Fundão, Villa Marieta e partes do Bonfim e do Taquaral, bairros naquele período em formação, foram resultado da demanda de moradia barata, por parte de uma população de menor renda. A população negra do município certamente compunha, ainda que não unicamente, a população de baixa renda do município e, por isso, cabe enunciar que ao menos parte destas aglomerações apontadas eram territórios negros dos arredores, ou seja, nas áreas rurais.

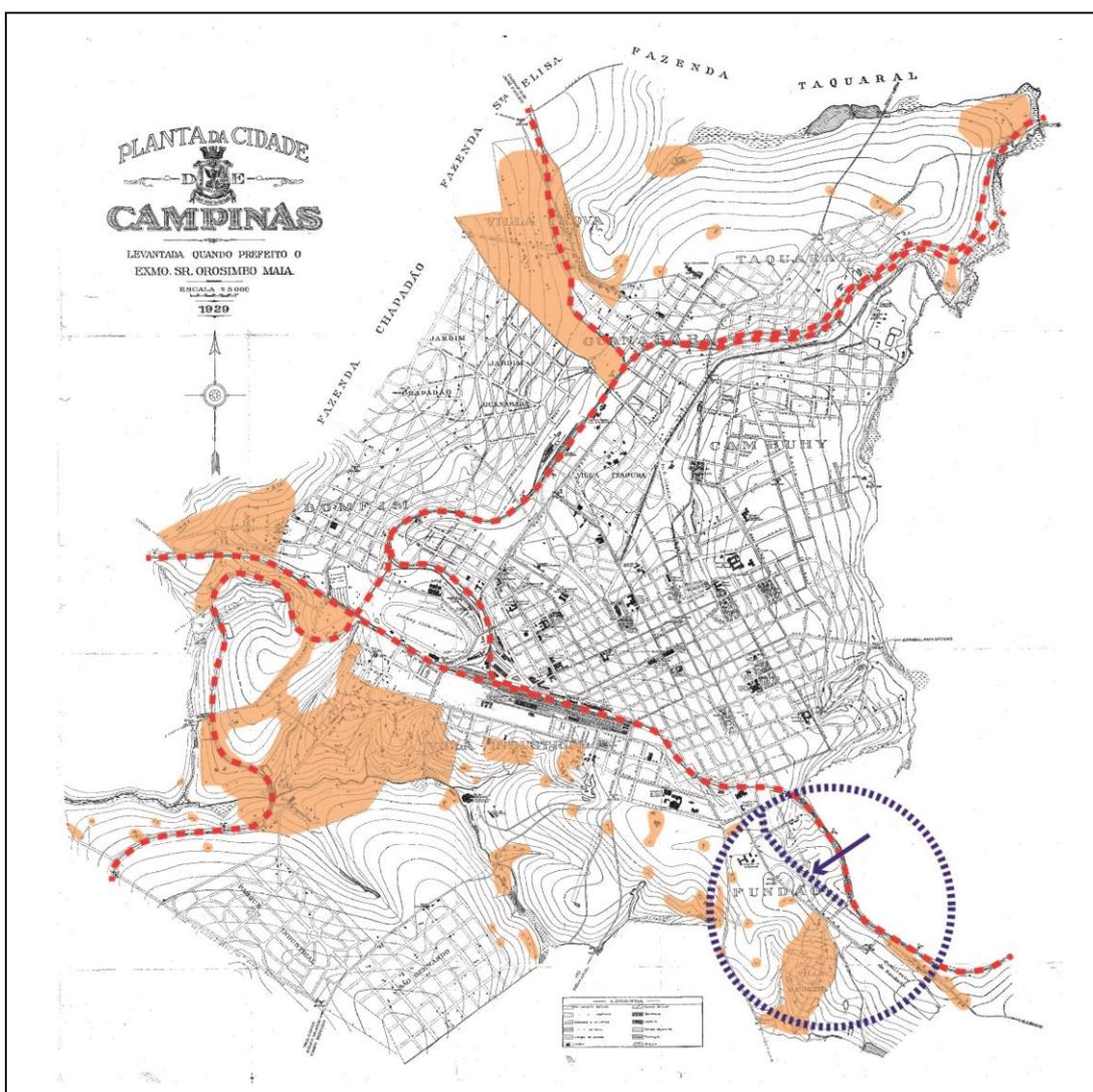


Figura 1 – “Planta da cidade de Campinas – levantada quando prefeito o Exmo. Sr. Orosimbo Maia – Esc. 1:5.000 – 1929” (CAMPINAS, 1929) – alterado pela autora

Vale apontar ainda que, segundo Maciel, as pessoas negras da cidade de Campinas no início do século XX encontravam-se engajadas na construção das estradas de ferro (MACIEL, 1985). É possível notar que alguns dos territórios destacados anteriormente acompanham as

linhas férreas (destacadas em linha pontilhada vermelha), fato tal que aponta novamente para a presença da população negra nestes territórios, uma vez que estes certamente viam nas linhas férreas uma fonte de emprego e renda e por isso muito possivelmente se instalaram em suas proximidades.

No caso do bairro Villa Marieta (destacado em círculo pontilhado azul) a evidência da presença de população afrodescendente é ainda maior, ao passo que alguns pontos próximos são hoje reconhecidos como territórios negros da cidade, tais como a capela Nossa Senhora da Penha (apontada pela seta azul), construída em 1886, onde conta-se popularmente que ocorrera o sepultamento de um escravo açoitado até a morte, e a rua da Abolição (destacada em linha pontilhada azul), que abrigou famílias de negros recém libertos.

Já no mapa em escala 1:100.000, também contratado por Orosimbo Maia na mesma data que o anterior, observa-se as estradas de acesso à cidade. Tais vias norteavam o crescimento urbano uma vez que a instalação de moradias ao longo delas facilitaria o acesso ao centro da cidade às aglomerações em seus arrabaldes. Levanta-se agora a hipótese de que também ao longo de tais vias (destacadas em vermelho), ou ao menos próximos à elas, encontravam-se ocupações formadas por população de origem negra, que à época do período escravagista buscavam abrigo nestes locais mais afastados, formando núcleos de convivência (possíveis quilombos ou mocambos) que eventualmente teriam remanescentes no período pós-abolição.

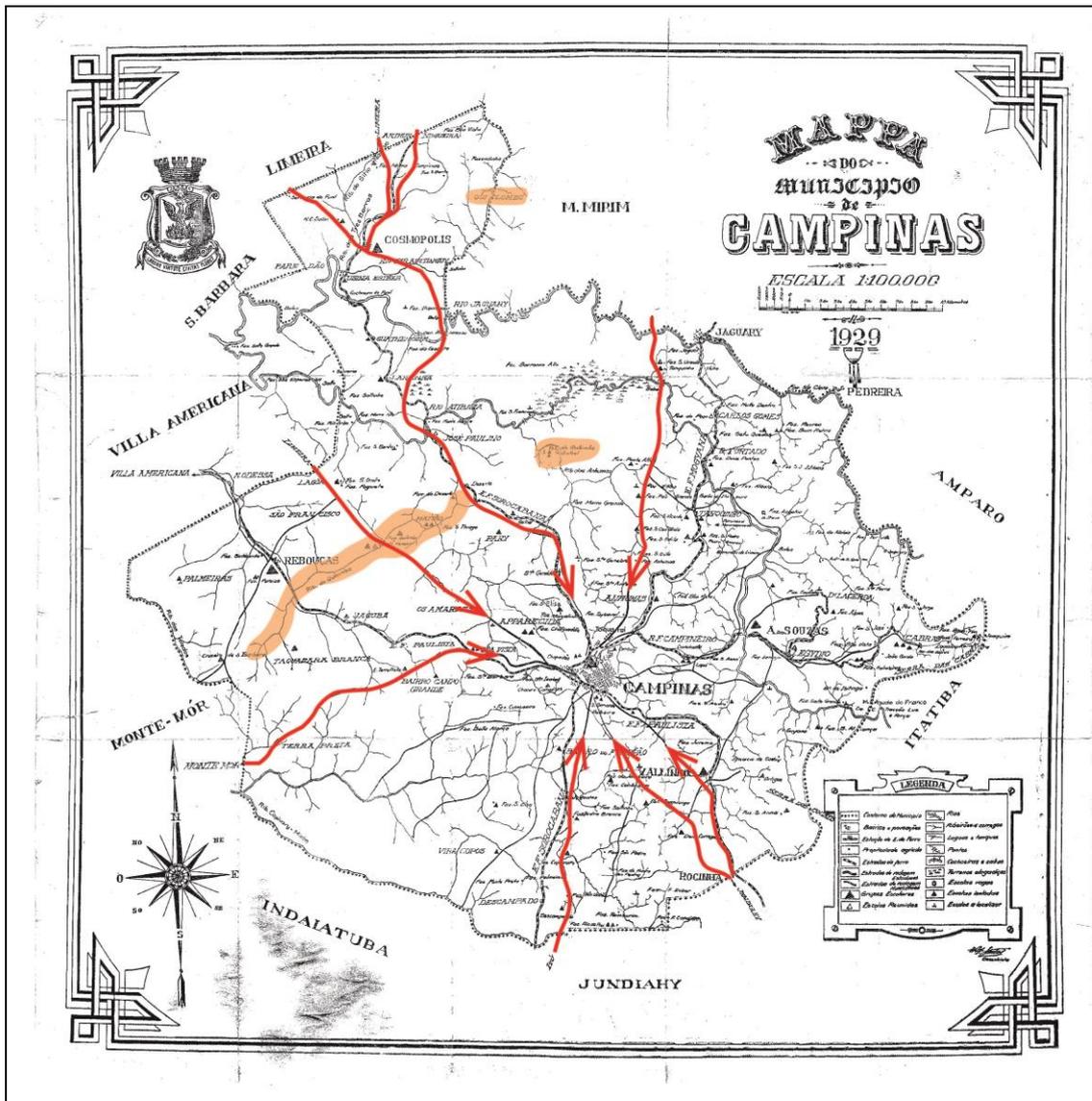


Figura 2 – “Mapa do município de Campinas – Escala 1:100.000 – 1929” (CAMPINAS, 1929) – alterado pela autora

Quanto aos antigos quilombos da zona rural, neste mapa do município é possível estimar os locais em que estes se encontravam através da toponímia de determinados locais, destacados em laranja no mapa (figura 2), tais como o Ribeirão Quilombo (anteriormente citado), a Fazenda do Quilombo Bethel, Fazenda Quilombo N Veneza e Quilombo. Cabe apontar que, assim como os territórios indicados no mapa anterior, também neste os indícios concentram-se à esquerda da urbanização campineira, indicando uma continuidade do suposto território negro nesta direção.

3.2. O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS DE PRESTES MAIA

O Plano de Melhoramentos Urbanos pensado por Prestes Maia, neste contexto, teve como base para sua elaboração os mapas contratados pelo então prefeito Orosimbo Maia. Segundo Badaró, são três os principais motivos que levaram à contratação do plano. O primeiro

é econômico, uma vez que a cidade passava por um momento de transições decorrentes do desenvolvimento industrial, o segundo é sanitário, uma vez que pretendia solucionar os problemas que levaram ao surto de febre amarela, e o terceiro cultural, que diz respeito ao forte sentimento de bairrismo por parte da elite campineira, que se ofendia profundamente com a estagnação decorrente da epidemia. (BADARÓ, 1996)

Este último fator é o que, no recorte do presente artigo, mais interessa, pois delimita o caráter ideológico do plano, que teve como mote o orgulho de uma parcela branca e rica da população. Badaró descreve uma série de reuniões sobre a contratação, aprovação e implantação do plano, que ocorreram no Rotary Club, clube internacional frequentado principalmente por homens de uma elite branca, apontando ainda mais para quem foram os agentes interessados neste projeto. (BADARÓ, 1996).

Para o positivismo, corrente filosófica pensada inicialmente por Comte, o conhecimento se concretiza depois de passar por três estados. O primeiro é o estado teológico, no qual a inteligência procura causas e princípios para os fenômenos e acaba por atribuir poder ao sagrado, se utilizando, segundo Comte, da imaginação. Já o estado metafísico, segundo no processo de consolidação do conhecimento, seria um estado transitório, momento em que se busca explicações para os fenômenos anteriormente analisados através do conhecimento científico. Por fim, o estado positivo é aquele em que, segundo Comte, o conhecimento absoluto já foi alcançado, tendo o fenômeno sido provado através do método científico. (MARIAS, 1987)

O positivismo afirma, portanto, que o pensamento científico produz conhecimento positivo, ou seja real e absoluto, e que este é a única forma de conhecimento verdadeira, dando valor apenas ao pensamento baseado em fatos e leis. O pensamento positivista traduz, com isso, uma proposta de origem moral e intelectual da sociedade, que não relativiza o conhecimento de acordo com o tempo e o espaço em que o indivíduo está inserido e, portanto, desqualifica determinadas culturas, que não se baseiam nos mesmos princípios. O pensamento positivista traduz, com isso, uma proposta de origem moralista e ideológica da sociedade.

A ideia de modernização, por sua vez, está amplamente associada à esta corrente filosófica, uma vez que sua ideologia burguesa afirma alguns padrões morais e estéticos como absolutos. Segundo Badaró, sobre o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas:

[...] a ideia de modernidade está presente tanto na intenção de se implantar uma nova ordenação espacial adequada às necessidades da cidade industrial como também, no plano de estética, com largas avenidas, praças, edifícios públicos e privados, parques e bairros residenciais que deveriam compor uma nova linguagem urbana. (BADARÓ, 1996)

Nota-se claramente a ideologia positivista e de caráter modernizador quando analisados alguns trechos do ato nº118 de 1938, que aprovou o Plano de Melhoramentos Urbanos, tal como o parágrafo:

Considerando que o referido parecer reconheceu que Campinas necessita da aprovação imediata de um plano de urbanismo, a fim de serem corrigidos os defeitos da cidade e preparar esta última para o progresso futuro, dentro das normas de beleza, estética e bem estar da população. (CAMPINAS, 1938)

Ao apontar a existência de “normas de beleza, estética e bem estar da população” o texto pressupõe que estas são únicas e inquestionáveis, deixando transparecer o autoritarismo por trás deste discurso, que considera a cultura dos envolvidos em sua elaboração como a única correta. Este fato toma-se ainda mais evidente a medida que este ideal de beleza vem, segundo o artigo, para “corrigir os defeitos da cidade”, em nome do “progresso”, uma vez que entendemos que os “defeitos” apontados tem relação direta com os territórios às margens da cidade que foram anteriormente apontados e que sua “correção” significa uma tentativa de organizá-lo segundo preceitos europeus, coibindo a existência de outras possibilidades de organização do território. Além disso os dizeres “ordem e o progresso”, mote principal do pensamento positivista, encontram-se plenamente representados no trecho em questão, não restando dúvidas sobre a ideologia implícita.

O trabalho de concepção do plano durou quase quatro anos, entre 1934 e 1938, e tinha a pretensão de ser, além de um plano de ruas, um projeto regional, que abrangeeria as dimensões sociais e políticas da cidade, dividindo-a em habitação, recreação, trabalho e circulação e pensando modelos ideais de expansão do território urbano, com bolsões residenciais cercados por avenidas, conforme é possível analisar na figura 3.

urbana, não foi considerado como valor para a sua preservação, uma vez que os atores por trás de sua elaboração à isso não davam importância.

4. CONCLUSÃO

O presente artigo levanta hipóteses acerca da localização de territórios negros nos arrabaldes de Campinas, assunto ainda pouco abordado em pesquisas sobre a população afrodescendente do município e que parecem significativos para a compreender as dinâmicas de seu território.

Tendo em vista o caráter modernizador e a natureza ideológica do plano apresentado, unido à um panorama social e urbano da cidade, que aponta para invisibilidade da população negra, conclui-se que o ideário cultural de uma população e as ideologias à ele relacionadas tem influência direta no planejamento urbano e, portanto, no processo de construção do território da cidade.

Dessa maneira, a ideia de memória sustentada pelo patrimônio cultural material e imaterial, conteúdos difíceis de serem contemplados nas análises sobre o urbano, aqui apresentam-se de forma expressamente concreta e fundamental para compreender as dinâmicas territoriais da cidade de Campinas.

5. BIBLIOGRAFIA

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. Campinas, o despontar da modernidade. Centro de memória da Unicamp. Campinas, 1996.

CAMPINAS. Ato nº 118, de 22/04/1938. Aprova o Plano de Melhoramentos Urbanos da cidade de Campinas e da outras providências. Diário Oficial do Município. Campinas, SP. Edição de 22 de abril de 1938.

CAMPINAS. Planta da cidade de Campinas. Acervo da Biblioteca Pública Municipal – Coleções Especiais. Campinas, 1929.

CAMPINAS. Mapa do Município de Campinas. Acervo da Biblioteca Pública Municipal – Coleções Especiais. Campinas, 1929.

CAMPINAS. Ante projeto de melhoramentos urbanos. Acervo da Biblioteca Pública Municipal – Coleções Especiais. Campinas, 1938.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930 - Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, pp. 563-599, Rio de Janeiro, 2002.

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais: Negros em Campinas (1888 – 1926) alguns aspectos. Dissertação de mestrado. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Campinas, 1985.

MARIAS, Julian. História da Filosofia. Edição Sousa & Almeida. Porto, 1987.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e Identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro nas Minas Gerais no Setecentos. Topoi – Revista de História; vol. 7, nº 12. Rio de Janeiro, 2006.

PUC-CAMPINAS. Planta do município de Campinas. Acervo do Centro de Apoio Didático (CAD). Campinas, 1929.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Religiosidades, Cultura e Sociabilidade Em Algumas Antigas Igrejas e Largos de Campinas (SP): Santa Cruz, São Benedito e Rosário. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEAA, Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro, 1989.

SCHWARCZ, Lilia K. Mortiz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. Afro-Ásia 18 (1996), 77-101. Salvador, 1996

SCHWARCZ, Lilia K. Mortiz. Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de modesto brocos. Artelogie num 5. Paris, 2013

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. Cia das Letras. São Paulo, 2000.